ATA NÚMERO 9/XVI/1.ª SL

Aos dezoito dias do mês de junho de 2024, pelas 15:00 horas, reuniu-se a Comissão de Educação e Ciência, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças, que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Audição do Presidente do Conselho Nacional de Educação sobre o Relatório Estado da Educação 2022 (Edição 2023) - 15h00 - Confirmada

3. Audição dos peticionários da Petição n.º 17/XVI/1.ª – Pela criação da carreira de Técnico Auxiliar de Educação – 16h15 - Confirmada

4. Aprovação das atas de reuniões anteriores

5. Comunicações da Presidente

6. Apreciação e votação do plano de atividades do Grupo de Trabalho - Avaliação da Lei nº 62/2007, de 10 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior

7. Outros assuntos

8. Data da próxima reunião

Aprovada na reunião da Comissão de 03-07-2024

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A Senhora Presidente da Comissão, Deputada Manuela Tender, colocou a Ordem do Dia à votação, que foi aprovada por unanimidade pelos Deputados do PSD, do PS, do CH, da IL e do L, registando-se a ausência dos Deputados do BE, do PCP e do CDS-PP.

2. Audição do Presidente do Conselho Nacional de Educação sobre o Relatório Estado da Educação 2022 (Edição 2023) - 15h00 - Confirmada

A Senhora Presidente da Comissão deu as boas-vindas ao Presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE), Professor Doutor Domingos Fernandes e lembrou a grelha de tempos das intervenções.

O Presidente do CNE referiu o seguinte, em resumo:

1. Este relatório é publicado há cerca de 11 anos e tem tido como incumbência fundamental a organização de um conjunto de estatísticas, com dados objetivos relativos ao sistema educativo português;
2. Não se limita a apresentar estatísticas, tem sido feito um esforço para que os dados sejam analisados numa perspetiva mais analítica e interpretativa, de modo melhor colaborarem com a Assembleia da República e com o Governo, no sentido de clarificar os aspetos que devem ser aprofundados;
3. Este relatório, de 2022, edição de 2023, contém textos reflexivos e fundamentados, baseados em literatura e documentos nacionais e internacionais, que sinalizam cinco aspetos que consideram fundamentais:
    - 2.º ciclo do ensino básico;
    - desafios da inteligência artificial nos sistemas educativos e informativos;
    - ensino artístico especializado;
    - ensino profissional;
    - novas demografias;

4. Aludiu a dados essenciais que constam do relatório — taxas de escolarização, taxas de abandono e taxas de conclusão —, que demostram que o país continua a evoluir bastante positivamente e, assim, considera que um conjunto de dificuldades que vinham de há 50 anos, se encontram ultrapassadas;
5. A instauração da liberdade foi fundamental para começar a construir o sistema democrático de ensino, que estará sempre em construção, mas sem ela não seria possível ter hoje as taxas que temos de escolarização, de número de alunos no ensino superior, de conclusão do ensino básico e secundário;
6. O número de alunos que concluem um determinado período de escolaridade sem reprovar tem vindo a aumentar significativamente, assim, as taxas de retenção são residuais a nível do ensino básico, particularmente, a nível dos primeiros anos de escolaridade;
7. O aspeto menos positivo é relativo à educação de adultos, é assim necessário fazer um esforço para que as taxas de conclusão de todos os percursos da educação de adultos superem a atual percentagem, que anda na ordem dos 40 %;
8. Um aspeto muito preocupante é o número de alunos estrangeiros que não domina a língua portuguesa, e ainda que tenham acesso à disciplina de português como língua não materna e que existam outras ofertas existentes provindas dos esforços das autarquias, associações e de outros intervenientes, os dados divulgados pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEC) mostram que há uma percentagem diminuta de alunos estrangeiros que têm acesso a esta disciplina;
9. Os alunos que mais reprovam são os alunos estrangeiros e os alunos portugueses que provêm de famílias com carências significativas de ordem cultural, económica e social;
10. Apesar da ação social escolar, e os alojamentos no ensino superior terem evoluído nos últimos anos, há ainda um caminho a percorrer, de modo que não se discriminem os alunos de estatuto económico, social e cultural desfavorecido;
11. Um dado interessante e positivo em 2022 é o facto de que 81,7 % dos jovens entre os 20-34 anos que concluiu pelo menos o ensino secundário, ter encontrado emprego ao fim de 1 a 3 anos, um dado consistente com a meta que se pretendia alcançar a nível europeu, que era de 82 %.

Intervieram depois os Senhores Deputados Pedro Alves (PSD), Rosário Gambôa (PS), José Carvalho (CH), Patrícia Gilvaz (IL) e Isabel Mendes Lopes (L) que se pronunciaram sobre a matéria, colocando algumas questões.

Na sequência das intervenções dos Deputados, o Presidente do CNE referiu o seguinte, em resumo:

1. Abordou a falta de professores como um problema persistente que exige medidas contínuas;
2. Destacou que algumas das medidas recentes do Governo coincidem com recomendações do CNE para colmatar a falta de professores, mas também aludiu a outras recomendações adicionais do mesmo;
3. Mencionou que o CNE enviou seis recomendações recentes à Assembleia da República e ao Governo, abordando questões como o acesso ao ensino superior e a avaliação dos exames.
4. Sublinhou as discrepâncias nas classificações atribuídas pelas escolas, ressaltando a necessidade de uma análise contínua para encontrar soluções mais equitativas;
5. Salientou a necessidade de melhorar as perceções sobre o ensino profissional e garantir equidade entre estes alunos e os alunos dos cursos científico-humanísticos;
6. Aludiu à necessidade de regulação no setor de explicações e às acumulações de funções por professores, para garantir ética e transparência;
7. Referiu a importância da inovação pedagógica nas escolas e os esforços do CNE para promover e divulgar boas práticas através de publicações como o DICA;
8. Destacou a necessidade de uma visão integrada para a educação infantil dos 0 aos 12 anos, abordando a questão da inclusão das creches no sistema educativo e a transição entre ciclos educativos;
9. Enfatizou a importância da educação nos primeiros anos, especialmente no desenvolvimento de habilidades básicas de leitura e escrita;
10. Mencionou o perfil desejado dos alunos à saída da escolaridade obrigatória, com ênfase no desenvolvimento de competências e na importância de um ensino secundário mais robusto;
11. Concluiu destacando a necessidade de uma visão ambiciosa para a educação, que eleve os padrões dos primeiros 12 anos de ensino e fortaleça o ensino secundário, especialmente através do ensino profissional.

A gravação vídeo da audição e a documentação entregue estão disponibilizadas na página da *internet* da audição, pelo que se dispensam maiores desenvolvimentos nesta sede.

A Deputada Isabel Ferreira (PS), no âmbito de uma interpelação à Mesa para responder à afirmação feita pelo Senhor Deputado Pedro Alves (PSD) de que «temos o menor investimento público em Investigação e Desenvolvimento dos últimos 30 anos», argumentou que todos os gráficos e dados presentes neste relatório indicam o contrário e, sobretudo, uma tendência de crescimento a partir de 2016.

O Senhor Deputado Pedro Alves (PSD) pediu a palavra para argumentar que a sua afirmação também era sustentada em dados científicos, nomeadamente da OCDE, que mostra que o investimento público (fundos do OE) em investigação e desenvolvimento assumiu o nível mais baixo desde 1991, tendo distribuído uma notícia do Expresso que refere que essa análise consta da obra «O Futuro da Ciência e da Universidade», coordenada por Maria de Lurdes Rodrigues, ex-Ministra da Educação do PS. Nesta sequência a Senhora Deputada Isabel Ferreira (PS) distribuiu um artigo de opinião do Expresso de Manuel Heitor, ex-Ministro da Ciência Tecnologia e Ensino Superior que «diz que a análise "induz a erros", já que “considera apenas as dotações orçamentais dos fundos nacionais e não o total dos fundos públicos, que incluem os nacionais e os comunitários”».

3. Audição dos peticionários da Petição n.º 17/XVI/1.ª – Pela criação da carreira de Técnico Auxiliar de Educação – 16h15 - Confirmada

A Senhora Presidente da Comissão deu as boas-vindas aos representantes do Sindicato Nacional dos Profissionais da Educação (SINAPE), Francisco Clemente Pinto, Maria Helena Passaporte, Alberto Miguens, Anabela Pagaime e Nuno Arêde e lembrou a grelha de tempos das intervenções.

O Secretário-Geral do SINAP, professor Francisco Clemente Pinto referiu o seguinte, em resumo:

1. O SINAP é um sindicato com 85 anos, representando docentes e não-docentes, e a petição foca-se nos assistentes operacionais nas escolas;
2. A petição pretende a criação de uma carreira específica para os assistentes operacionais, que contemple as funções concretas que desempenham, bem como a valorização social e remuneratória;
3. Em 2004, havia uma definição clara das funções dos auxiliares de ação educativa, que se perdeu com a transferência dos trabalhadores para as autarquias e com a integração na carreira de assistente operacional;
4. A carreira geral de assistente operacional inclui funções executivas de natureza manual ou mecânica, enquanto a carreira de auxiliar de ação educativa envolve um conjunto de funções mais qualificadas e específicas para o contexto escolar;
5. A petição destaca que as funções dos assistentes operacionais nas escolas são variadas e envolvem interações significativas com os alunos, diferentemente das funções gerais definidas pela Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP);
6. Para uma escola de qualidade, é necessário que os trabalhadores também tenham formação e qualificação adequadas;
7. A valorização dos assistentes operacionais é crucial para uma escola inclusiva, que atende diferentes ciclos, nacionalidades e culturas, especialmente com a inclusão de creches e jardins infantis;
8. Com a falta de professores, os assistentes operacionais têm um papel ainda mais vital, necessitando de uma carreira que reflita a importância do seu trabalho;
9. A petição argumenta que a escola moderna exige uma nova abordagem, com maior valorização e especialização dos assistentes operacionais;
10. A petição propõe uma carreira similar à de técnico auxiliar de saúde, criada pelo Governo anterior, destacando que a especificidade é necessária para melhor atender às necessidades do trabalho;
11. A proposta não requer um grande investimento, sugerindo que a valorização inicial poderia ser de cerca de 50€ por pessoa;
12. O sindicato pede atenção às necessidades dos assistentes operacionais, destacando a importância do seu papel no cuidado e apoio aos alunos, e a necessidade de acabar com a estagnação na progressão de suas carreiras.

Intervieram depois os Senhores Deputados Ângela Almeida (PSD), Isabel Ferreira (PS), Maria José Aguiar (CH) e Isabel Mendes Lopes (L), que se pronunciaram sobre a matéria.

Na sequência das intervenções dos Deputados, o Secretário-Geral do SINAP, referiu o seguinte, em resumo:

1. Criticou a falta de ações concretas, destacando a necessidade de implementar soluções ao invés de apenas realizar diagnósticos;
2. Considerou que o Ministério da Educação transferiu responsabilidades para as Câmaras Municipais sem acompanhamento ou avaliação dos resultados;
3. Criticou as tarefas inadequadas atribuídas aos assistentes operacionais, nomeadamente atividades municipais como festivais, fora do escopo escolar;
4. Denunciou a desvalorização dos trabalhadores, que permanecem com salários mínimos ao longo da carreira, apesar das suas qualificações;
5. Defendeu um modelo que valorize os trabalhadores, sugerindo um aumento salarial de 50€ por pessoa;
6. Enfatizou a necessidade urgente de definir claramente o conteúdo funcional das carreiras para evitar abusos e garantir uma gestão adequada;
7. Considerou que a criação de uma carreira específica motivará os trabalhadores na procura de formação adicional, mesmo com remunerações baixas;
8. Apelou à Assembleia da República e o Governo para que tomem medidas concretas para criar uma carreira específica e adequada para os assistentes operacionais, visando a valorização profissional e a melhoria das condições de trabalho.

A gravação vídeo da audição e a documentação entregue estão disponibilizadas na página da *internet* da respetiva audição, pelo que se dispensam maiores desenvolvimentos nesta sede.

4. Aprovação da ata da reunião anterior

A Senhora Deputada Inês Barroso (PSD) sugeriu algumas alterações à ata da reunião da Mesa e Coordenadores de 11 de junho de 2024.

A Senhora Deputada Maria José Aguiar (CH) considerou ser preferível adiar este ponto para a próxima reunião da Comissão, para poder refletir melhor na nova proposta.

A Senhora Presidente concordou com o adiamento do ponto, até para se poder votar a ata com todos os Grupos Parlamentares presentes na reunião de dia 11 de junho.

A ata da reunião da Comissão de 12 de junho de 2024 foi aprovada por unanimidade, pelos Deputados do PSD, do PS e do CH, registando-se a ausência dos Deputados da IL, do BE, do PCP, do L e do CDS-PP.

5. Comunicações da Presidente

Não se registaram comunicações.

6. Apreciação e votação do plano de atividades do Grupo de Trabalho - Avaliação da Lei nº 62/2007, de 10 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior

O plano de atividades do Grupo de Trabalho foi aprovado por unanimidade, pelos Deputados do PSD, do PS e do CH, registando-se a ausência dos Deputados da IL, do BE, do PCP, do L e do CDS-PP.

7. Outros assuntos

Neste ponto a Senhora Presidente referiu que no final do dia 12/06, ultrapassado o prazo para resposta e **após aprovação dos relatórios finais das petições, foram recebidas pronúncias de entidades**, nos termos seguintes:

- ✓ Resposta da Câmara Municipal de Braga, ao pedido de informação para a Petição n.º 261/XV/2.ª – *A favor da construção de um pavilhão gimnodesportivo no interior da Escola Básica de Trigal de Santa Maria;*
- ✓ Resposta da FENPROF, ao pedido de informação para a Petição 296/XV/1.ª – *Petição para a inclusão e financiamento equitativo de projetos de ciência*

fundamental e ciência aplicada no "Concurso para Projetos em todos os Domínios Científicos".

Referiu que consultada a Mesa e Coordenadores sobre a hipótese de se disponibilizarem as respostas e se fazer nova apreciação dos relatórios finais alterados em conformidade, foi recebida resposta, favorável, do PSD, PS e CH.

Nesta sequência, a disponibilização das respostas das entidades e os relatórios finais das petições alterados em conformidade foram aprovados por unanimidade com os votos favoráveis dos Deputados do PSD, do PS e do CH, registando-se a ausência dos Deputados da IL, do BE, do PCP, do L e do CDS-PP.

A Senhora Presidente deu nota também que os técnicos superiores doutorados dos Laboratórios do Estado enviaram um email à Comissão a agradecer a audiência, colocando-se à disposição para o que for necessário, eventualmente para participar na elaboração de algum eventual projeto de resolução e propuseram alterações na ata da reunião de 28/5, aprovada na reunião da Comissão de 12/6, por entenderem que contém pontos factualmente incorretos. Assim, questionou se os grupos parlamentares concordavam que fossem incluídas as alterações propostas e aprovavam a ata com as mesmas. A referida ata alterada foi assim aprovada por unanimidade com os votos favoráveis dos Deputados do PSD, do PS e do CH, registando-se a ausência dos Deputados da IL, do BE, do PCP, do L e do CDS-PP.

Por fim informou que o Ministro da Educação, Ciência e Inovação propôs «que a 1.ª audição se realize no dia 10 julho de 2024 (quarta-feira), em simultâneo com a audição a requerimento, pois não tem agenda disponível em data anterior». Questionando se os grupos parlamentares concordavam com a data, eventualmente à tarde, dado que não se prevê que haja reunião plenária nesse dia, e se consideravam que a audição por requerimento tivesse lugar primeiro, com uma grelha de cerca de 2h34m (com uma previsão de 8 intervenções na 2.ª ronda), e a audição regimental em 2.º lugar, com uma grelha de cerca de 3h1m (com uma previsão de 15 intervenções na 2.ª ronda).

A Senhora Deputada Rosário Gambôa (PS) considerou que deveria ser confirmada para esse dia e mesmo que houvesse plenário à tarde, deveria ter lugar de manhã, porém defendeu que em primeiro lugar deveria ser a audição regimental.

Assim, foi consensualizado aguardar para ver se na Conferência de Líderes do dia seguinte seria marcada sessão plenária para a tarde do dia 10/7 ou não e depois seria remetida nova proposta de grelha de tempos ajustada, com a audição regimental em primeiro lugar.

8. Data da próxima reunião

Neste ponto a Senhora Presidente informou que para a Reunião da Comissão de dia 25/06/2024 estava confirmada a audição dos peticionários – FENPROF – das seguintes 4 petições:

1. Petição n.º 5/XVI/1.ª – Horários de trabalho justos, legais e adequados às funções docentes. Melhorias das condições de trabalho e de aprendizagem nas escolas
   - ✓ N.º de assinaturas: 14.026
   - ✓ Deputado relator: Inês Barroso (PSD)

2. Petição n.º 6/XVI/1.ª – Por um regime específico de aposentação justo e adequado às especificidades da profissão docente
   - ✓ N.º de assinaturas: 15.079
   - ✓ Deputado relator: Isabel Ferreira (PS)

3. Petição n.º 8/XVI/1.ª – Recuperação do tempo de serviço congelado e ainda não contabilizado para efeitos de carreira
   - ✓ N.º de assinaturas: 18.841
   - ✓ Deputado relator: Pedro Alves (PSD)

4. Petição n.º 9/XVI/1.ª – Eliminar a precariedade na profissão Docente
   - ✓ N.º de assinaturas: 13.443
   - ✓ Deputado relator: Rosário Gambôa (PS)

A reunião foi encerrada às 17:40 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 18 de junho de 2024

A PRESIDENTE DA COMISSÃO,

Manuela Tender

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Gabriela Cabilhas (PSD)
Ângela Almeida (PSD)
Germana Rocha (PSD)
Inês Barroso (PSD)
Pedro Alves (PSD)
Eduardo Pinheiro (PS)
Isabel Ferreira (PS)
Palmira Maciel (PS)
Rosário Gambôa (PS)
José Carvalho (CH)
Luísa Areosa (CH)
Manuela Tender (CH)
Maria José Aguiar (CH)
Patrícia Gilvaz (IL)
Isabel Mendes Lopes (L)
Francisco Sousa Vieira (PSD)
Silvério Regalado (PSD)
Ana Abrunhosa (PS)
Miguel Matos (PS)
Gabriel Mithá Ribeiro (CH)
José Barreira Soares (CH)
Rita Matias (CH)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Eva Brás Pinho (PSD)
Sonia Dos Reis (PSD)
Elza Pais (PS)
Mara Lagriminha Coelho (PS)
Maria Begonha (PS)
Joana Mortágua (BE)
Paula Santos (PCP)
Paulo Núncio (CDS-PP)